

À

Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto
Estado do Rio de Janeiro
Rua Gomes Professora Maria Emília Esteves, 691, Centro
Comissão Permanente de Licitação
Atenção: Sra. Flaviana Medeiros Lameira Ribeiro (PREGOEIRA)

REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2021

CEDRO LOCADORA E TRANSPORTADORA LTDA - EPP

CNPJ Nº 11.243.817/0001-07, com sede Rua Firmina Rosa de Jesus S/N, Cedro, Areal/RJ, vem, por meio de seu representante legal, o Sr. Gabriel Arruda de Oliveira, brasileiro, casado, empresário, inscrito no RG nº 11606171-4 e no CPF nº 081.868.457-71. Vem, tempestivamente, **IMPUGNAR** o edital referenciado, pelos fatos e fundamentos que a seguir expõe:

I - DO PREFÁCIO

Preliminarmente faz-se necessário que as razões aqui formuladas sejam processadas e, se não forem acolhidas, sejam motivadamente respondidas, não sem antes, serem apresentadas à apreciação da D. Autoridade Superiora, consoante ao que rege o Princípio Constitucional de Petição (CF/88, art. 5º, inc. LV).

É o ensinamento do ilustre professor José Afonso da Silva em sua obra “Direito Constitucional Positivo, ed. 1.989, pág. 382”:

“É importante frisar que o direito de petição não pode ser destituído de eficácia. Não pode a autoridade a que é dirigido escusar-se de pronunciar sobre a petição, quer para acolhê-la quer para desacolhê-la com a devida motivação.”

II – DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

O recurso ora apresentado está em consonância com a legislação pertinente à matéria de licitações públicas, inclusive, estando dentro do prazo instituído pelo Art. 41 da Lei nº 8.666/93:

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.



**DO EDITAL DE LICITAÇÃO E DO ATENTADO
AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ISONOMIA,
IGUALDADE, CONCORRÊNCIA E COMPETITIVIDADE E DA
LEGALIDADE.**

Da mesma forma não pode fazer exigência não previstas em lei.

Em breve resumo, trata-se de licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇOS para prestação de serviços de locação de veículos tipo ônibus, micro-ônibus e vans, para atender o (PROGRAMA ESPECIAL DE TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO), ao qual se exige, conforme o ITEM 4.3.6 - **OUTROS DOCUMENTOS letra C**. Prova de vínculo empregatício dos motoristas, conforme os itens descritos na **Letra I**, legalmente contratados pela empresa, que deverá se por meio de cópia fiel e autenticada da **ficha de registro de empregado**, cumulativamente com **cópia fiel e autenticada da CPTS** – Carteira de Trabalho e Previdência Social – constando o contrato de emprego em vigor entre a empresa e o empregado/motorista, cuja data de admissão de ser de, no mínimo, 06 (seis) meses antes da sessão de julgamento das propostas; **cópia fiel da conta do FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – do empregado/motorista, acompanhada com a **Certidão de Regularidade de Depósitos do FGTS** fornecida pela Caixa Econômica Federal; **cópia fiel do NIT** – Número de Identificação do Trabalhador-, junto ao INSS, que deve constar a atividade e/ou função do empregado/motorista, com data não inferior a 06 (seis) meses antes da data de sessão e julgamento das propostas.

Fato é que, da análise do referido Edital foi possível detectar vícios, aos quais devem ser imediatamente sanados, sob pena de se anular todo o procedimento licitatório, uma vez que o aludido instrumento convocatório está em desacordo com os princípios da LEGALIDADE e da COMPETITIVIDADE, pois tal exigência de contratação prévia de motoristas, a serem utilizados durante a prestação dos serviços não pode ser um pré-requisito para a comprovação da qualidade técnico operacional dos licitantes. Tal exigências somente serão possíveis a partir da contratação do vencedor do certame, no momento da assinatura do contrato.

Neste particular, a manutenção de tal exigência no edital atenta contra os princípios da competitividade e isonomia entre os licitantes, privilegiando, a todo evidência, a empresa que atualmente presta os mesmos serviços para o Município, a de se convir, que na crise econômica decorrente em grande parte da Pandemia que estamos vivendo, nenhuma empresa mantém em seus quadros, 14 motoristas disponíveis esperando aparecer um contrato.

O que acontece é que uma empresa de grande porte, apresenta os documentos dos motoristas que estão em seu quadro operacional no momento do certame, e se for vencedor fará as contratações adequadas de acordo com números de itens vencidos.

"O edital não pode conter restrições ao caráter competitivo"

Assim, sob pena de restrição ao princípio constitucional da competitividade, isonomia, igualdade e da concorrência, deve ser **EXCLUÍDO** do edital de licitação, no que concerne o **ITEM 4.3.6 - OUTROS DOCUMENTOS letra C, ou, ao menos, ser modificado o edital no sentido de prever apenas o firmamento de Declaração pelo Licitante de que em prazo estabelecido após a assinatura do contrato, a empresa apresentará as informações sobre os contratos de trabalho dos empregados que serão alocado no serviço objeto da licitação.**

Restringir a concorrência, dificultando quantitativo de empresas em participar do certame, prejudica frontalmente ao erário público, que sempre visa em contratar a proposta mais vantajosa e que atenda legalmente o cumprimento da LEI.

Termos em que,
Pede e aguarda Deferimento.

Areal, 31 de Maio de 2021.

Viação Cedro Locadora e
Transportadora Ltda
Gabriel Arruda de Oliveira
Sócio Administrador

Gabriel Arruda de Oliveira
Diretor presidente

11.243.817/0001-07
CEDRO LOCADORA E
TRANSPORTADORA LTDA.

RUA FIRMINA ROSA DE JESUS, S/Nº

CEDRO - CEP 25845-000

AREAL - RJ